

**BNCC:
SOCIEDADE E
EDUCAÇÃO
ESPECIAL NA
PERSPECTIVA
INCLUSIVA**

ARIÁDINE MARQUES VIEIRA

ORIENTADORAS:

DORCELY ISABEL B. GARCIA

NEIDE DE ALMEIDA L. G. FAVARO

2022

Vieira, Ariádine Marques
V658bBNCC: sociedade e educação especial na perspectiva inclusiva/ Ariádine Marques
Vieira. Paranaíba, 2022.
21 f.; il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional
– Área de Concentração: Educação Inclusiva) – Universidade Estadual do
Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Dorcely Isabel Bellanda Garcia
Coorientadora: Profa. Dra. Neide de Almeida Lança Galvão Favaro

1. Educação Especial. 2. Educação Inclusiva. 3. Base Nacional Comum
Curricular. 4. Formação de professores. I. Garcia, Dorcely Isabel Bellanda. II.
Favaro, Neide de Almeida Lança Galvão. III. Universidade Estadual do Paraná.
IV. Título. V. Título: A concepção de homem na BNCC: impactos para a educação
especial na perspectiva inclusiva.

CDD 371.9
23. ed.

Ficha catalográfica elaborada por Leociléa Aparecida Vieira – CRB 9/1174.

PRODUTO EDUCACIONAL CADERNO PEDAGÓGICO

APRESENTAÇÃO

A criação deste produto tem por intuito ofertar um material didático como proposta de fonte de estudos e pesquisas para o trabalho dos professores e demais pessoas que apresentam interesse na Educação Especial. Sua produção sintetiza os resultados obtidos a partir da dissertação intitulada: **A concepção de homem na BNCC: impactos para a Educação Especial na perspectiva inclusiva**, elaborada por Ariádine Marques Vieira, com a orientação da professora Dr^a Dorcely Isabel Bellanda Garcia e coorientação da professora Dr^a Neide de Almeida Lança Galvão Favaro. Este trabalho contempla as exigências do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), ofertado pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), no *Campus* de Paranavaí.

Este produto educacional é apresentado no formato de um Caderno Pedagógico, tendo por título: **BNCC, Sociedade e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**.

Sua organização, a partir de Unidades Temáticas, apresenta estudos e discussões para propiciar momentos de reflexão e aprofundamento do conhecimento sobre os fundamentos sociais e teóricos que orientam o documento do Ministério da Educação (MEC), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na versão preliminar (BRASIL, 2015) e versão final (BRASIL, 2018). O intuito é elucidar a concepção de indivíduo ali estabelecida, assim como o sujeito que se pretende formar, levando à compreensão do processo de inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE). Esta proposta tem a intenção de popularizar o conhecimento desenvolvido na pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), proporcionando assim, diálogos, críticas e reflexões sobre o tema apresentado, correlacionando-o com a práxis pedagógica que permeia a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Tamboara-Paraná, 24 de agosto de 2022.

Unidade 1

TEMA: SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO

OBJETIVO: Refletir e discutir sobre as dimensões atuais de sociedade, homem e mundo, em suas interrelações com a educação.

REFLEXÃO

Para iniciar a análise, consideramos os aspectos legais que amparam a BNCC, aprofundando o entendimento sobre os determinantes sociopolíticos que incidiram em sua elaboração e aprovação, já que se trata de um documento base que orienta os currículos educacionais brasileiros vigentes.

Os documentos nacionais emanados das políticas educacionais para a Educação Básica intencionam nortear a ação pedagógica no contexto escolar, por isso a importância de atentar para o que eles proclamam e propõem, tendo em vista seus reais impactos na práxis educativa. Nesse sentido, compreende-se que os currículos não são neutros: a construção deles envolve posicionamentos econômicos, políticos, administrativos e didáticos, estando imersos em uma realidade bastante complexa, em que vigoram interesses de natureza histórica, cultural, política e econômica. O primeiro elemento a levar em conta, portanto, é a totalidade social em que a educação e as medidas curriculares em análise se inserem.

A sociedade capitalista atual é demarcada pela distinta condição material dos indivíduos, o que ocasiona intencionalidades e necessidades diversas e até opostas entre si, situando-os, desse modo, em determinada classe social. A separação e interesses de cada classe não se originam de escolhas pessoais ou de uma criação do tempo contemporâneo, mas de um complexo e longo processo histórico que superou a sociedade anterior, organizada sob a lógica feudal, desde meados dos séculos XV e XVI em diante. Enquanto na sociedade feudal a vida girava em torno do feudo e da produção para a subsistência, sob a lógica do capital impõe-se o mercado e suas exigências para reprodução da vida humana.

Assim, sob o capital, de um lado há os proprietários dos meios de produção, a burguesia, que conseqüentemente tem a posse das mercadorias para venda; e do outro,

aqueles que não possuem os meios de produção, os trabalhadores, que são obrigados a vender a sua força de trabalho para gerar o seu sustento. É essa relação que demarca a vida no capitalismo, constituindo as duas classes sociais fundamentais: a burguesia ou os capitalistas, e os trabalhadores ou o proletariado.

Na lógica que constitui o capital, a acumulação de mais-valor é essencial, e só há uma mercadoria capaz de garantir isso, que é a força de trabalho. É assim que se reproduz o capital, pois é com a força de trabalho que se obtém o lucro gerado pela mais-valia, garantindo a reprodução de mais-valor de modo incessante.

A força de trabalho é a única mercadoria cujo valor é menor do que o valor que ela produz, por isso o capitalista obtém um valor superior ao que ela custa (NETTO; BRAZ, 2006). O fruto gerador dessa relação, segundo Tonet (2012), é a exploração do trabalhador e o enriquecimento do capitalista.

Esses são aspectos relevantes para conhecer o conteúdo das relações de trabalho, pois a sua organização foi sendo constituída por diversas formas. Destacam-se os modelos amparados no taylorismo/fordismo e toyotismo, os quais ainda se apresentam no contexto social atual, cujo objetivo é gerar maior controle dos capitalistas sobre os trabalhadores. Esse processo abarca o trabalho como um todo e é permeado por avanços quanto à tecnologia, e isso direciona o processo de formação dos sujeitos.

A educação é formulada, nas políticas educacionais, para atender às demandas geradas por essas transformações, formando para uma sociedade em que há uma intensa disputa por um emprego. Compreender esses fenômenos requer considerar a realidade que marca a produção da vida sob o capital, em que se destacam diversos acontecimentos, como a substituição de força de trabalho dos trabalhadores pelas máquinas, além das várias funções exigidas, agora, para apenas um trabalhador executar. Esses são fatores que favorecem o crescimento do desemprego e da pobreza, e que são inerentes à relação social regida pelo capital.

De modo inevitável, para a sobrevivência da classe trabalhadora, que não possui a posse dos meios de produção, é necessária a venda da sua força de trabalho, o que leva à necessidade de sua formação para o mercado de trabalho.

Entretanto, como o desemprego é constante e as *soluções* historicamente proclamadas não se concretizam, trazendo questionamentos e instabilidade social e política, outra proposição que adquire uma ênfase cada vez maior nas políticas educacionais atuais é a de o trabalhador produzir mercadorias com recursos próprios, tornando-se, assim, um *empreendedor*.

Esses são elementos que passam a ser alvo de disputas, levando a classe capitalista a intervir na educação dos trabalhadores para forjar a formação desejada, e assim, atuar nesse contraditório contexto. Nessa lógica, por conseguinte, fica explícito que a educação é diretamente afetada pelo movimento socioeconômico, pois é acionada para auxiliar no crescimento do capital e na preservação da ordem social.

Esse movimento mundial do capital e sua lógica interna de funcionamento demandam intervenções no sentido de manutenção da ordem social e de atendimento de suas necessidades. Para isso, o Estado aciona distintas políticas públicas, em articulação com as necessidades econômicas e sociais, procedendo às reformas e ajustes que são historicamente situados.

No caso das reformas que caracterizaram o ambiente educacional, de acordo com Oliveira (2004, p.1128), “[...] são reformas que empreendem não somente no nível da escola, mas em todo o sistema, repercutindo em mudanças profundas na natureza do trabalho escolar”.

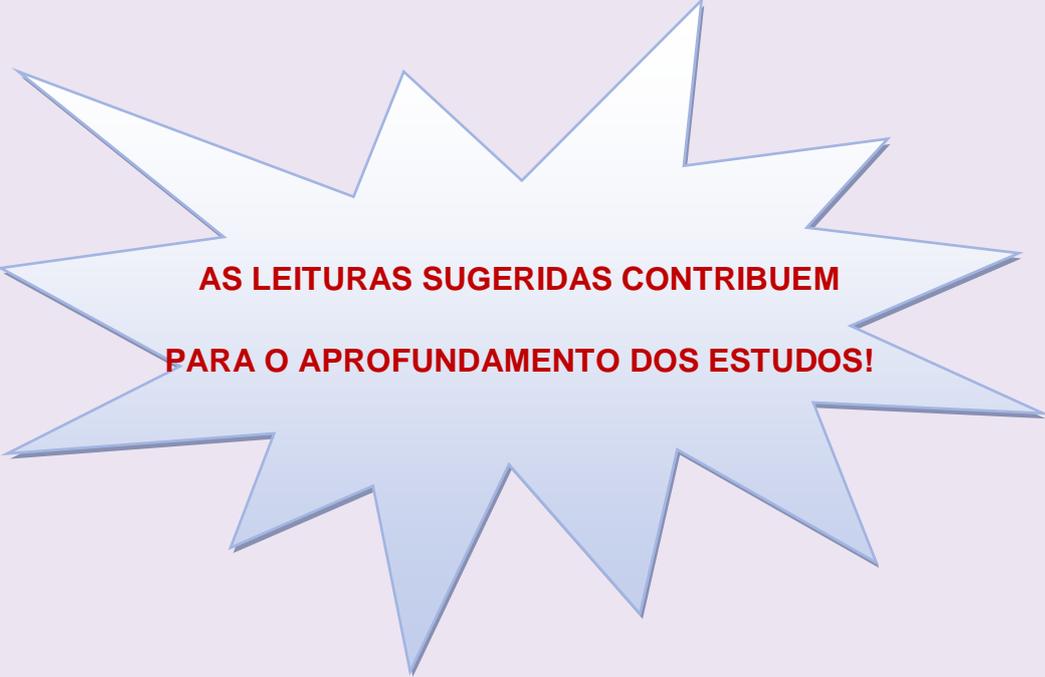
As reformas nas políticas educacionais que se implantam desde a década de 1990 provêm de premissas propostas por instituições fundadas para gerenciar o campo político e econômico mundial. Dentre elas, destacam-se: a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais formulações incidem justamente na regulação e no direcionamento de situações que hoje presenciamos nos contextos educacionais: intervenções centradas no currículo, na formação de professores e nas avaliações externas.

Foi no âmbito das acepções organizadas internacionalmente que os documentos norteadores dos sistemas de ensino brasileiros foram elaborados desde então. Neste estudo, temos por foco a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que após um longo processo de construção e disputas político-ideológicas, resultou em um documento final, aprovado em 14 de dezembro de 2018, contendo essa última versão o Ensino Médio. Ela foi proposta para orientar todas as etapas da Educação Básica.

A BNCC é apresentada como indispensável para a melhoria da qualidade do ensino em geral, sendo obrigatória quanto à orientação do planejamento curricular dos estabelecimentos de ensino brasileiros. “A aprendizagem de qualidade é uma meta que o País deve perseguir incansavelmente, e a BNCC é uma peça central nessa direção, em especial para o Ensino Médio no qual os índices de aprendizagem, repetência e abandono são bastante preocupantes” (BRASIL, 2018).

As reformas e reorganizações curriculares têm por justificativa a necessidade de objetivar a redução das desigualdades sociais e aumentar a qualidade do ensino, como se somente essa ação no interior da escola bastasse para tal intuito (NETO, 2019).

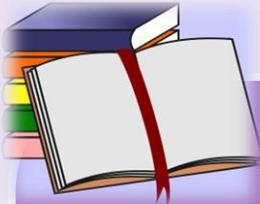
A fim de compreender esse documento curricular mais profundamente e suas repercussões no âmbito da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (EEPI), é indispensável articular a relação estabelecida entre a educação e as relações de trabalho nessa sociedade, pois só assim se revela o projeto educacional em curso, para além das aparências e discursos. Esta primeira unidade de estudos buscou assim, elencar alguns aspectos a considerar para apreender a complexa totalidade que caracteriza a sociabilidade do capital e que interfere diretamente na questão educacional como um todo.



**AS LEITURAS SUGERIDAS CONTRIBUEM
PARA O APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS!**

Questão para discussão:

- Quais as suas compreensões acerca da estrutura social do capital e sua relação com a educação?
- Para interagir, utilize a ferramenta do Jamboard abaixo indicada, faça uma cópia desse material e responda. Pode ser em equipes e, após a troca de informações, abra para apresentação e discussão mais ampla.
- <https://jamboard.google.com/d/1csXBI4UTvjSRsUivyxwzszPIJ0EnX9TulCyHmjdFJI4/edit?usp=sharing>
- Sugestão de vídeos sobre a sociedade capitalista e o trabalho
<https://www.youtube.com/watch?v=vQArLJTLyVE>
<https://youtu.be/XJ03SXG9Zic>
<https://www.youtube.com/watch?v=Knm9GPIuewQ>



SUGESTÕES DE LEITURA

- ✓ GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: BOITEMPO, 1991. Disponível em: https://www.forumat.net.br/at/sites/default/files/biblioteca/fordismo_e_toyotismo.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.
- ✓ HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 17ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- ✓ TONET, I. **Educação contra o capital**. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- ✓ VIEIRA, A. B.; HERNANDEZ-PILOTO, S. S. F.; RAMOS, I. O. Base Nacional Comum Curricular: tensões que atravessam a Educação Básica e a Educação Especial. **Educação**, v. 42, n. 2, p. 351-360, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/27599>. Acesso em: 18 dez. 2021.

Unidade II

Tema: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A BNCC

Objetivo: Discutir a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as versões 2015 e 2018 da BNCC.

REFLEXÃO

A década de 1990 foi um marco para as reformas educacionais prescritas pelas organizações multilaterais, que foram estabelecidas para gerenciar o campo político e econômico mundial. Nesse contexto, é possível verificar a proposta de inclusão a partir da elaboração dos documentos mundiais que foram a base para a educação e trouxeram essa perspectiva.

O Brasil coaduna com essa concepção, aderindo ao receituário desses organismos, ao consentir com a Declaração Mundial da Educação para Todos (UNESCO, 1990). Há uma ênfase na proposição de um sistema educacional inclusivo, especialmente mediante a Conferência Mundial de Educação para Todos ou Conferência de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

Sob o viés presente nesses documentos, é preconizado o direito de todos à escolarização básica, defendendo que não haja discriminação aos grupos minoritários, promovendo acesso educacional equitativo.

A partir desse período, a luta pela ampliação e acesso de qualidade à educação das pessoas público-alvo da Educação Especial se intensificou, ocorrendo a proposta de Educação Inclusiva amparada por leis e políticas públicas educacionais (GLAT, 1995). O Brasil passou, assim, a incorporar, em seus marcos normativos, a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (EEPI).

Garcia (2004) preconiza que as argumentações amparadas na inclusão não estão presentes apenas nas políticas educacionais recentes, mas também em documentos da área econômica. Esses setores vêm se inserindo com maior intensidade no campo

educacional e influenciando os atores que sobre ele interagem. Sobre esse movimento, a autora salienta um aspecto para nos atentarmos:

[...] a participação de organizações empresariais que têm voltado suas ações e interesses para o setor educacional sob a bandeira da 'responsabilidade social' – nesse processo fica mais evidente a importação de conceitos e indicadores do setor produtivo para o discurso educacional, mudando o seu sentido e forjando, simbolicamente, uma convergência entre mercado e desenvolvimento humano com padrões de dignidade (GARCIA, 2004, p. 14).

No caso da aprovação da BNCC, parcerias foram empreendidas pelo MEC com os setores privados. Nos bastidores dessa implementação, cresceram os interesses desses setores, tendo na educação um mercado significativo gerador de lucro para assegurar a reprodução e a manutenção do capital. Isso explica a participação de organizações privadas empresariais não governamentais na construção dos objetivos e propostas que vêm direcionar a prática pedagógica e a formação dos sujeitos.

Nesse sentido, conhecer os documentos que são o sustentáculo das políticas educacionais brasileiras nos permite compreender esse contexto, desvendando os interesses ocultos que chegam ao chão de nossas escolas.

A inclusão, no interior dessa lógica societal, passa a ser uma bandeira apropriada pelas classes dominantes para ocultar as contradições sociais, tornando-se esvaziada de ações reais necessárias para viabilizá-la. Consideramos que essa pode ser a resposta para muitos questionamentos quanto aos impasses para a concretização da EEPI na prática escolar.

É possível afirmar que o conceito de inclusão, que funda os documentos nacionais, se origina desse receituário internacional, que visa a atender às necessidades de reprodução e manutenção da relação social do capital. O que vai se tornando cada vez mais evidente, no campo educacional, é a presença de um ideário pautado na lógica econômica e produtivista que afeta a formação humana.

Considerando as pressões quanto à implantação das políticas inclusivas, a partir do ano 2000, o governo federal instituiu, por meio da Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e do Parecer nº 17/2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, determinando a matrícula dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais desde a Educação Infantil, perpassando todas as etapas e modalidades do ensino comum (PAVEZI; MAINARDES, 2018).

Essas Diretrizes dispõem, em seu art. 2º, que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem por função o trabalho complementar e suplementar na formação

do estudante, através de serviços e recursos que busquem a eliminação de barreiras quanto ao processo de aprendizagem e sua participação na sociedade.

Na perspectiva que sustenta a proposta inclusiva, o Decreto nº 6.571/2008 dispõe sobre o AEE, tendo para esse atendimento a criação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que teve, em 2006, sua implementação nos estabelecimentos de ensino (KASSAR, 2011).

Percorrendo o caminho que direciona a educação para a inclusão, também foi aprovado um documento de grande relevância, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em 7 de janeiro de 2008. Ela designa que a EE é parte constituinte da proposta pedagógica das escolas, como uma modalidade de ensino, viabilizada por meio do AEE e materializada nas SRM. Define assim, o público de atendimento dessa modalidade, sendo ele composto pelos alunos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação (GARCIA; FAVARO, 2020).

Como a inclusão está presente nos documentos observados, temos a incumbência de compreender a EE no documento da BNCC, que direciona a formulação dos currículos brasileiros. Um aspecto importante a salientar é que o processo de mobilização na construção da BNCC sofreu profundas alterações ao longo do seu percurso. Um elemento específico sobre a EE possível de averiguar, ao perpassar diferentes versões da BNCC, é que ela foi sendo suprimida no seu contexto de elaboração.

A primeira e a segunda versões da BNCC, elaboradas em 2015 e 2016, por conterem referências abordando a EEPI, asseguravam maior visibilidade ao AEE e aos profissionais de apoio. Mesmo não apresentando a instrumentalização necessária para a inclusão, no mínimo demonstrou visibilidade para esse público.

Até a segunda versão, é possível verificar a presença de um tópico sobre a EE: *A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a Base Nacional Comum Curricular*. Ele versava sobre o sistema educacional inclusivo, propondo que alcançasse todos os níveis de ensino sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, contemplando a diversidade, e promovendo a acessibilidade, seja ela curricular ou estrutural, além de comunicacional (BRASIL, 2016). Trazia, ainda, uma abordagem sobre o AEE, elencando as atividades desse atendimento e descrevendo cada uma delas.

A terceira versão, a final, foi entregue pelo MEC ao CNE em 2018, e as menções que possam ser voltadas para esses estudantes são expostas apenas em um tópico, que retrata alguns de seus princípios: *Base Nacional Comum Curricular: igualdade, diversidade e*

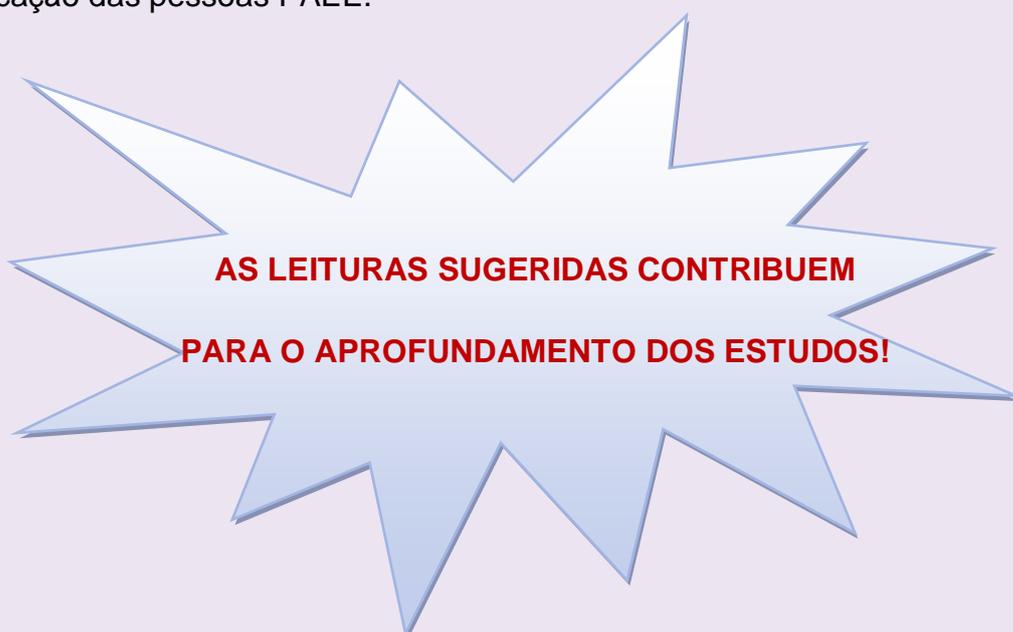
equidade (BRASIL, 2018, p. 15). Ela considera que o planejamento das redes de ensino deve ter como foco a equidade, tratando do reconhecimento de que os estudantes possuem necessidades diferentes.

Subentende-se que a BNCC explicita, de modo indireto, o atendimento para os alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), ao trazer que o trabalho com foco na equidade pressupõe reverter as situações de exclusão, que historicamente se constituíram na vida de povos menos favorecidos. É apenas no interior dessa discussão que ela menciona as pessoas com deficiência.

Deste modo, extinguiram-se no documento as discussões e garantias acerca dos meios apresentados como possibilidades para a acessibilidade e inclusão dos alunos PAEE. Esse reducionismo, e praticamente a ausência dos encaminhamentos, se constituem em sérias lacunas para o direcionamento e o suporte no atendimento escolar da EEPI.

Para efetivar a educação necessária de forma que haja uma perspectiva inclusiva, é imprescindível assegurar ações e metas que visem à acessibilidade, à organização e à oferta de recursos. Deve-se considerar como apoio, também o ensino colaborativo para atender à diversidade da EE. Salientamos que essas discussões e proposições são importantes, mas insuficientes, se não tiverem condições práticas de efetivação.

Somente adentrar os alunos PAEE nas escolas não é sinônimo de garantia de uma formação digna, sendo necessário dar condições para que suas potencialidades sejam desenvolvidas e consideradas no processo de aprendizagem. Mediante uma política pública pautada na lógica econômica e regida pelo neoliberalismo, que retira os investimentos públicos da educação, verificamos o aprofundamento dos desafios para assegurar e lutar pela educação das pessoas PAEE.



- **Atividade orientadora:** Promover, por meio da leitura, o envolvimento dos participantes com o assunto, identificando as principais leis que embasam os fundamentos e políticas da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, contribuindo para o conhecimento sobre a temática e sua abordagem quanto ao documento da BNCC, que é o atual orientador na elaboração dos currículos brasileiro
- **Questão para discussão:** Como a inclusão é assegurada na legislação educacional e como a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva é concebida no documento da BNCC?

SUGESTÕES DE LEITURA



SUGESTÕES DE LEITURA

- ✓ ANDRADE, M. C. P.; NEVES, R. M. C.; PICCININI, C. L. Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional. Colemarx, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC37/mc373.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- ✓ BRASIL. MEC/SEB. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a base. Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Brasília: 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.
- ✓ GARCIA, D. I. B.; FAVARO, N. A. L.G. Educação Especial: **políticas públicas no Brasil e tendências em curso**. Research, Society and Development, v. 9, n. 7, 2020 DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.3894>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341262825_Educacao_Especial_politicas_publicas_no_Brasil_e_tendencias_em_curso. Acesso em: 19 nov. 2021.
- ✓ NETO, A. S. A disputa pelo novo Ensino Médio: uma análise das tensões a partir do campo curricular. In: MENDES, G. M. L.; PLETSCHE, M. D.; HOSTINS, R. C. L. **Educação Especial e/na Educação Básica:** entre especificidades e Indissociabilidades. E-book, Junqueira e Marins, Araraquara, 2019. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/images/ebook-educacao-especial-e-na-educacao-basica.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- ✓ Documentário: Borboletas de Zagorsk, BBC, 1992. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KxEaHMxi7wE&t=427s>.

Unidade III

TEMA: CONCEPÇÃO DE HOMEM DA BNCC E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A INCLUSÃO

Objetivo: Analisar as implicações da concepção de homem da BNCC para a educação, frente aos avanços e retrocessos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

REFLEXÃO

Compreender o envoltório que perpassa a formulação do documento que atualmente é o guia para a elaboração dos currículos brasileiros permite entendermos o complexo contexto de disputas e interesses que conduzem as ações educativas propostas para as escolas. Na realidade concreta, o que se verifica é que as políticas de inclusão no Brasil exibem o cerne do contexto internacional para sua formulação, estando elas fragilizadas e sujeitas a alterações mediante os interesses políticos, econômicos e sociais que vigoram em determinado momento.

Nesta unidade, o desafio é desvelar a concepção de homem e de formação presente na BNCC, pois o seu teor evidencia, de forma indireta, o tipo de sujeito que se concebe como típico dessa sociedade. Isso vai sendo desvendado nas entrelinhas do texto. Ela exige que os estudantes sejam capazes de resolver exigências complexas do cotidiano, o que é pontuado como condição para o “[...] pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”, sendo que isso também está de acordo com a LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 2018, p. 8).

O trabalho por competências conduz a BNCC como um todo, e é concebido enquanto um *saber fazer*. Essa concepção está “[...] estreitamente conectada com a exigência de eficácia e de flexibilidade solicitada aos trabalhadores na ‘sociedade da informação’” (LAVAL, 2004, p. 55, grifo do autor).

Conforme discutimos na primeira unidade, as mudanças nos processos de trabalho, devido à reestruturação produtiva ocorrida a partir de meados da década de 1970, afetaram a educação como um todo. A partir de então, as palavras de ordem que invadiram as orientações educacionais passaram a ser *flexibilização*, desenvolvimento de *competências e habilidades*, *empregabilidade* e *empreendedorismo*. Isso tem um propósito e direciona a

educação desejada, a fim de buscar a formação de um indivíduo “[...] competente, fazedor de coisas e empreendedor, atendendo, assim, a lógica do mercado” (CARMO; REZENDE; BRITO, 2021, p. 15).

Essa perspectiva repercute no trabalho que se caracteriza nos currículos educacionais da BNCC, e conduz comum perfil determinado de homem: capaz de *resolver problemas, criar soluções*, e ter autonomia para exercer sua *cidadania*. Esse perfil que foi sendo instituído junto às mudanças da sociedade, e foi conduzido pela ideologia (neo)liberal, que preza pela defesa da constituição de um sujeito que atenda a essas mudanças e às necessidades de reprodução da relação social do capital (LIMA; WIHBY; FAVARO, 2008).

Outro aspecto mencionado na base, e que devemos considerar como importante para identificar o sujeito que se quer formar, é a ênfase que no conceito da equidade como processo de superação das desigualdades sociais. A BNCC é apresentada com o compromisso de “[...] reverter as situações de exclusão histórica que marginalizam os grupos” sociais (BRASIL, 2018, p. 15). O conceito é propagado como se houvesse um processo capaz de proporcionar a *inclusão* em contraposição à *exclusão*, e ainda, como se a educação fosse capaz de solucionar os problemas estruturais decorrentes da própria lógica de funcionamento dessa sociedade. É nesse âmbito que o conceito da inclusão precisa ser problematizado.

Compreender a proposta de *inclusão* e pensar sobre a *exclusão* é, portanto, um elemento que necessita ir para além do que esses conceitos apresentam aparentemente. Ribeiro (2006) nos auxilia nessa tarefa, avançando para além da superficialidade trazida nos documentos.

O conceito ‘exclusão’ tem o mérito de ampliar a compreensão de problemas que fazem parte das relações sociais no modo de produção capitalista, mas que não podem ser explicados tão-somente pela expropriação da terra ou pela apropriação do produto do trabalho, dos meios de produção e de sobrevivência. A nova questão social que dá evidência aos excluídos dos benefícios da riqueza produzida socialmente também inclui, no debate, a opressão, a discriminação e a dominação, exigindo um tratamento teórico-prático adequado, tendo por base as relações sociais de exploração/expropriação, próprias do modo de produção capitalista (RIBEIRO 2006, p. 159, grifo do autor).

Com essa compreensão, identificamos que a *inclusão* que permeia os documentos elaborados para atender à EE, assim como a BNCC, também atendem aos interesses burgueses, pois conduzem a compreensões equivocadas da realidade social. Sob uma aparência sedutora, o discurso ilude os que fazem parte da luta e argumentam em defesa de uma educação *inclusiva*, não saindo do contexto da superficialidade dessa proposta.

Se considerarmos que os processos de exclusão social são inerentes à lógica do modo de produção capitalista, veremos que as políticas de inclusão e/ou inserção social são estratégias para integrar os objetos – os excluídos – ao sistema social que os exclui e, ao mesmo tempo, de manter sob controle as tensões sociais que decorrem do desemprego e da exploração do trabalho, móveis da exclusão social (RIBEIRO, 2006, p. 159).

Esses aspectos expostos nos levam à percepção real do que se oculta no discurso de todos adentrarem a escola, como proposta *inclusiva*. Isso ocorre no âmbito da Educação Básica como um todo e se complexifica com a Educação Especial e o AEE, pois se responsabilizam os educadores, equipes pedagógica e administrativa como responsáveis por solucionar as demandas específicas dos educandos público-alvo da Educação Especial, gerando sofrimentos pessoais, frustrações e situações caóticas, no cotidiano escolar, entre aqueles que se esforçam para atender esses sujeitos.

Garcia (2014) aponta como justo o fato de incluir todos os alunos na escola pública, mas por ocorrer junto com a redução de serviços, acaba havendo a precarização para com o atendimento a esses estudantes. Na prática real, buscam-se ações que visam à redução de custos, com oferta mínima de condições para os estudantes terem acesso à aprendizagem.

Para além do que é proclamado, é preciso repensar a inclusão como um processo pertencente a essa organização estrutural de classes que o sistema capitalista oferece. O olhar para as possibilidades de aprendizagem dos estudantes PAEE deveria se voltar para instrumentalizá-los com conhecimentos que os levem a desenvolver ao máximo suas potencialidades.

A relação social do capital é marcada por princípios sociais e humanos que fundamentam a educação e as concepções que perpassam o documento da BNCC. Nesse sentido, assim como a inclusão, a concepção de cidadão é permeada de muitos discursos, que são feitos de forma imprecisa quanto aos seus reais interesses. Um princípio definidor dos sujeitos que perpassa a BNCC com clareza é o de cidadania.

Podemos compreender, com Tonet (2002, p. 83), o que significa e constitui a denominada cidadania, que se tornou “[...] sinônimo de liberdade. Cidadão é o indivíduo que tem direitos e deveres das mais diversas ordens e que tem no Estado a garantia de que estes direitos e deveres terão uma existência efetiva”. Arelada às ideias de liberdade e igualdade, que irromperam na luta revolucionária contra os privilégios feudais, a proposta de cidadania se corrompe mediante a constituição da sociedade de classes no capitalismo.

O que na sociedade capitalista de fato manifesta, em liberdade para os sujeitos da classe trabalhadora, é a necessidade material criada, que ele possa direcionar para quem

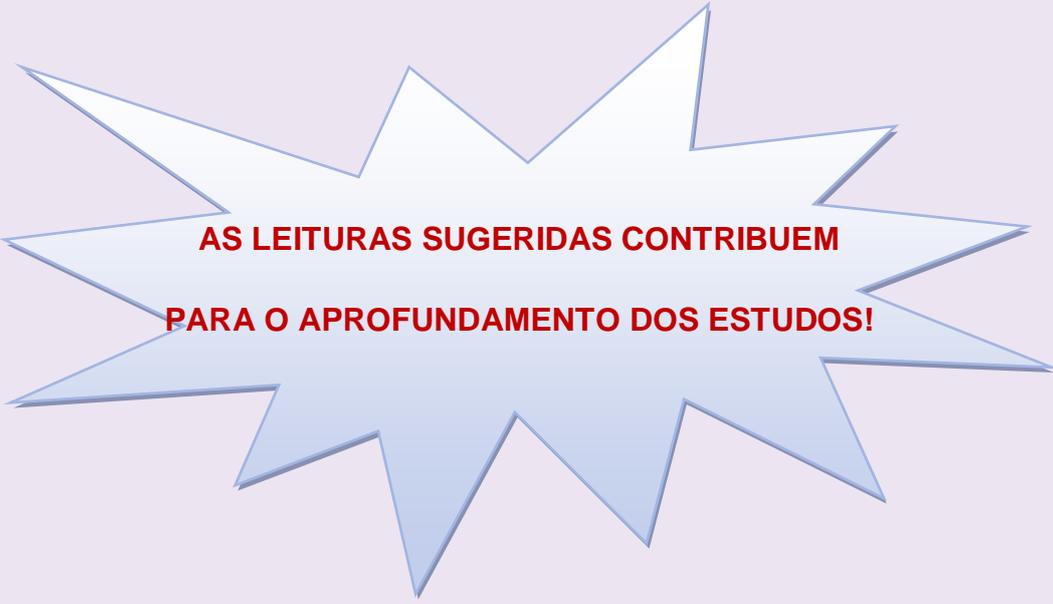
remeterá sua força de trabalho, considerando que é seu único bem de troca, a única mercadoria de que dispõe para vender no mercado, e assim, garantir sua sobrevivência.

Diante desse contexto, para a escola que desejamos, o objetivo pretendido deve considerar o que Tonet (2012, p.45-46) afirma: “[...] uma atividade educativa que pretenda contribuir para a formação de indivíduos efetiva e plenamente livres deve estar articulada com a emancipação humana e não com a cidadania”.

Nesse sentido, ao observarmos esse contexto de disputas, concebemos que o silenciamento da Educação Especial no documento da BNCC vem para atender as demandas capitalistas, intencionando manter a perspectiva inclusiva restrita ao que visam seus interesses e sua lógica de redução de investimentos nos setores sociais, defendida pelo neoliberalismo. Por isso, as políticas educacionais não dão garantias suficientes para assegurar a aprendizagem e permanência dos estudantes PAEE dentro das escolas.

Entendemos que, enquanto perdurarem tais interesses mercadológicos como propostas para a educação, ela não conseguirá atender aos objetivos daqueles que desejam uma inclusão com reais possibilidades de considerar as necessidades desses alunos.

Assim, é relevante pensarmos a educação não nessa perspectiva, mas considerando-a como meio de oferta do conhecimento que encaminhe a muitos desses alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para uma formação que garanta condições de atuar socialmente em vários contextos. Para atingir esse intuito, a luta deve vir acompanhada de mudanças sociais.



**AS LEITURAS SUGERIDAS CONTRIBUEM
PARA O APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS!**

- **Questão para discussão:** Com base no texto estudado, faça uma análise pontuando sobre a inclusão educacional das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.
- Elenque os pontos relevantes do processo inclusivo considerando o texto e sua prática pedagógica, criando um mapa mental com a palavra *Inclusão*.



SUGESTÕES DE LEITURA

- ✓ BEZERRA, G. F.; ARAUJO, D. A. C. Em busca da flor viva: para uma crítica ao ideário inclusivista em educação. **Educação & Sociedade**, 2013, v. 34, n. 123, p. 573-588, jul. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200014>. Acesso em: 15 out. 2021.
- ✓ RIBEIRO, M. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- ✓ TONET, I. **Educação contra o capital**. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- ✓ TONET, I. Cidadão ou homem livre? In: TONET, I. **Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 2002. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/DemocraciaouLiberdade.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2022.

MAPA MENTAL



REFERÊNCIAS

- BRASIL/SEB/MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. 2 ver. rev. SEB/MEC: Brasília, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc2versao.revista.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.
- BRASIL. Declaração de Salamanca: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 25 mar. 2022.
- CARMO, M. V. F. S.; REZENDE, M. P.; BRITO, E. P. P. E. Base Nacional Comum Curricular e o sujeito que se pretende formar. **Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama**, Eunápolis (BA), v. 12, n. 1, p. 9-20, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://www.publicacoes.ifba.edu.br/Pindorama/article/view/933>. Acesso em 30 ago. 2022.
- GARCIA, R. M.C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87561>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- GARCIA, R. M. C. Para além da “inclusão”: crítica as políticas educacionais contemporâneas. In: EVANGELISTA, Olinda (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara, SP: Junqueira; Marin, 2014, p. 101-140. Disponível em: <https://livrandante.com.br/livros/olinda-evangelista-org-o-que-revelam-os-slogans-na-politica-educacional/#:~:text=O%20Que%20Revelam%20Os%20Slogans%20Na%20Pol%C3%ADtica%20Educativa%20vai%20al%C3%A9m,capitalistas%20subjacentes%20aos%20seus%20enunciados>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- GARCIA, D. I. B.; FAVARO, N. A. L.G. Educação Especial: políticas públicas no Brasil e tendências em curso. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.3894>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341262825_Educacao_Especial_politicas_publicas_no_Brasil_e_tendencias_em_curso. Acesso em 30 ago. 2022.
- GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.
- KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, n. 41, p. 61-79, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300005>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004.

LIMA, M. F.; WIHBY, A.; FAVARO, N. A. L. G. Liberalismo clássico: origens históricas e fundamentos básicos. In: **VIII JORNADA DO HISTEDBR**. Anais da VIII Jornada do HISTEDBR. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008. p. 001-024.
NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo, Cortez, 2006.

NETO, A. S. A disputa pelo novo Ensino Médio: uma análise das tensões a partir do campo curricular. In: MENDES, G. M. L., PLETSCHE, M. D., HOSTINS, R. C. L. **Educação Especial e/na Educação Básica**: entre especificidades e Indissociabilidades. E-book, Junqueira e Marins, Araraquara, 2019. Disponível em:
<https://anped.org.br/sites/default/files/images/ebook-educacao-especial-e-na-educacao-basica.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-114, 2004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PAVEZI, M.; MAINARDES, J. Análise das influências de documentos internacionais na legislação e políticas de Educação Especial no Brasil (1990-2015). **Interacções**, v. 14, n.49, pp. 153-172, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25755/int.16161> . Acesso em: 30 ago. 2022.

RIBEIRO, M. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. 2006. Disponível em:
<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793>. Acesso em: 30 ago. 2022.

TONET, I. Cidadão ou homem livre? In: TONET, I. **Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 2002. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/DemocraciaouLiberdade.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

TONET, I. **Educação contra o capital**. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: CORTEZ, 1996. Disponível em:
http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em 8 dez. 2021.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Conferência Mundial de Educação para todos. Jomtien, 1990. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_de_1990.pdf. Acesso em 20 mar. 2022.